

**ISADORA PERON
E SANDRA MANFRINI**
Estádio Conteúdo, Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, retorna aos trabalhos hoje, após 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de uma cirurgia para a retirada da próstata. "Amanhã (segunda-feira) retornarei às atividades, se Deus permitir", disse Padilha à reportagem. O ministro já convocou uma reunião com líderes da Câmara para discutir reforma da Previdência.

Homem forte do governo Michel Temer, Padilha retorna ao ministério em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações de Odebrecht. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve entregar a relação esta semana ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Congresso

Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo Temer. "O Padilha é importante para o governo. E a reforma da Previdência é uma prioridade para o País", disse o presidente da comissão da reforma, deputado Carlos Marun (PMDB-MS).

A ausência do ministro à frente da articulação política com a Câmara foi sentida pela equipe econômica. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, assumiu esse papel nas últimas semanas, auxiliado pelo secretário de Previdência, Marcelo Caetano, mas a avaliação é que o ministro Eliseu Padilha tem o perfil adequado para esse "enfrentamento" com os parlamentares.

Linha de frente

"Ele (Padilha) tem um poder de articulação que está fazendo falta. Se ele não voltar ao trabalho, o governo terá que encontrar um outro nome para fazer essa linha de frente", disse uma fonte da área econômica. Segundo esse interlocutor, o ministro

PLANALTO Ministro retorna em meio à expectativa de ter seu nome na lista de pedidos de abertura de inquérito decorrentes das delações da Odebrecht

Padilha articula reforma da Previdência, após cirurgia



Pedro França / Agência Senado

Eliseu Padilha ficou 15 dias afastado do Palácio do Planalto por causa de cirurgia para a retirada da próstata

PEÇA FUNDAMENTAL

Fontes do governo afirmam que Padilha é peça fundamental na interlocução com o Congresso para garantir a aprovação das mudanças na Previdência e de outras reformas consideradas fundamentais para o governo Temer.

sabe ser firme na negociação política e tem bom trânsito no Congresso.

A licença médica de Padilha coincidiu com a crise provocada pelo depoimento do ex-assessor da Presidência José Yunes à Procuradoria-Geral da República, que levou a investigação da Lava Jato para dentro do Planalto. Yunes procurou o Ministério Público para acusar o ministro da Casa Civil de ser o

mandante da entrega de um "pacote", no seu escritório de advocacia, em São Paulo, na campanha de 2014.

A história já havia sido relatada na delação do ex-executivo da Odebrecht Cláudio Melo Filho, mas Yunes pôs combustível na crise ao dizer que atuou como "mula involuntária" de Padilha. Na versão de Yunes, a encomenda foi entregue a ele pelo operador financeiro Lúcio

Funaro, homem da confiança do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Alvos da Lava Jato, Funaro e Cunha estão presos. Amigo de Temer há 40 anos, Yunes deixou o governo quando veio a público a delação de Melo Filho.

Diante das revelações, chegou-se a especular que Padilha poderia não voltar ao governo. O Planalto sabe que um pedido de abertura

de inquérito contra Padilha aumentará a pressão para que ele deixe o cargo, mas como Temer já criou uma linha de corte para os ministros envolvidos na Lava Jato, ele só será afastado se virar réu.

Padilha também foi citado pelo ex-executivo da Odebrecht José de Carvalho Filho durante depoimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na sexta-feira. O ministro tinha pelo menos quatro senhas para o pagamento de caixa 2 ao PMDB. O valor total destinado ao partido chegaria a R\$ 5 milhões.

Lista de delações

Mesmo diante da expectativa de o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviar hoje ao Supremo Tribunal Federal (STF) a lista dos pedidos de investigação contra ministros e parlamentares com base nas delações da Odebrecht, o presidente Michel Temer vai tentar manter o clima de normalidade e focar em agendas positivas para desviar a atenção do assunto. No Congresso, porém, a avaliação é de que as novas revelações devem afetar a agenda de votações tanto na Câmara como no Senado.

Entre os parlamentares, a avaliação é de que o ritmo das votações vai depender do impacto da nova lista no mundo político. No Senado, os pedidos de abertura de inquérito podem atingir nomes importantes do PMDB e do PSDB e tornar inviável a votação da segunda etapa da repatriação de recursos de brasileiros depositados ilegalmente no exterior, considerada prioritária para os Estados em crise.

Também citado por executivos da Odebrecht, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), convocou uma reunião de líderes para hoje, para definir o comando das comissões permanentes da Casa, mas abandonou a ideia de colocar em votação esta semana o projeto sobre teorização, considerado polêmico pela oposição. "O Congresso vai precisar mostrar maturidade", disse o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB).

DISPUTA NAS URNAS

PMDB, PT e PDT levam duas prefeituras, cada, em novo pleito

FERNANDO NAKAGAWA
Estádio Conteúdo, Brasília

PMDB, PT e PDT venceram em duas cidades cada nas eleições municipais realizadas em 11 municípios brasileiros após os escolhidos na disputa de outubro do ano passado terem sido casados pela Justiça Eleitoral.

O maior município com novas eleições foi Gravataí, no Rio Grande do Sul, cujo prefeito eleito é Marco Alba, do PMDB, que teve apoio de

45 909 eleitores ou 40,28% dos votos válidos.

Pedetista

Rosane Bordignon, do PDT, ficou em segundo com 36,52%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Outro município que elegeu prefeito do partido do presidente da República Michel Temer foi o também gaúcho São Vicente do Sul, que escolheu o candidato Paulinho, com 52% dos votos válidos.

Nas eleições de ontem, o PT da ex-presidente Dilma Rousseff levou outras duas cidades: Butiá, no Rio Grande do Sul, com vitória de Daniel, com 51%, e São Bento Abade em Minas Gerais, que elegeu a candidata Jane Irmã da Janete, com 48,9%.

Cidades gaúchas

Outro partido com dois prefeitos eleitos é o PDT, com vitórias nos municípios gaúchos de Arvorezinha e Salto do Jacuí. Entre as ou-



Galileu Oldenburg / ALRS / Divulgação / 28.12.2012

Marco Alba, do PMDB, foi eleito prefeito da cidade de Gravataí, no Rio Grande do Sul

tras cidades com eleição neste domingo, São Vendelino (RS) e Calcoene (AP) deu vitória ao candidato do PPS. Já as localidades mineiras de Alvorada de Minas e Ervália elegeram candidato do Solidariedade e Democratas, respectivamente.

O resultado da disputa em Conquista D'Oeste, município situado no Mato Grosso, ainda não aparece no sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O que caixa dois, três ou quatro é!



Ricardo Noblat
Jornalista
noblat@oglobo.com.br

Bons tempos aqueles em que os caixas de campanha se limitavam a dois. O primeiro, legal – a doação de dinheiro informada à Justiça. O segundo, ilegal – a doação de dinheiro por debajo do pano. Os que se valiam do caixa dois negavam com veemência que o fizessem. Maus tempos, estes. De cara limpa, admite-se a existência de três ou mais caixas. E criminosos tramam uma anistia em causa própria.

O que mudou? A sociedade tornou-se mais tolerante com a corrupção? Ou os corruptos se tornaram mais ousados? Dado o grau de apoio popular à Lava Jato, diminuiu a tolerância dos brasileiros com a corrupção. Aumentou a ousadia de corruptos e corruptores, assim como o volume de dinheiro em circulação proveniente do superfaturamento do preço de obras públicas. O distinto público segue pagando a conta.

Aumentou também a desfaçatez dos políticos suspeitos de roubar. A ponto de, ameaçados de ser condenados e presos, pelo menos um deles, Lula, decidir lançar-se candidato a presidente da

República. Antes, a simples suspeição era capaz de adiar projetos ou de sepultar pressões. Hoje, antecipa. Como se o fato de declarar-se candidato garantisse desde já foro privilegiado a quem não tem.

Caixa dois não é coisa nossa como a jabuticaba, que também não é. A invenção de outros caixas, sim, pode ser. Em entrevista ao site da BBC Brasil, o ministro Gilmar Mendes revelou a existência de no mínimo quatro caixas. O primeiro, legal. O segundo, clandestino, "mas sem outros vícios". O terceiro, registrado na Justiça, mas fruto de propina. O quarto, com o objetivo de corromper.

Mendes acha que o segundo tipo de caixa, o clandestino "sem outros vícios", precisa ser desmistificado. Quer dizer: como quase todos os políticos de todos os partidos sempre abusaram do caixa dois, a prática deveria ser descriminalizada. Pois é, o mundo gira e a Lusitana roda... Em setembro de 2012, durante o julgamento do mensalão, Mendes pensava diferente.

Assim ele contestou à época a defesa dos mensaleiros: "Essa supostamente inventiva tese do caixa 2, propagada como normal no ambiente partidário, não se sustenta pela origem ilícita dos recursos, que decorria de peculato ou de dinheiro

associado a práticas de corrupção. Portanto, falar em recursos não contabilizados, como se se tratasse de mera falha no processo administrativo eleitoral, é eufemismo dos eufemismos".

Quando presidente, Fernando Henrique Cardoso quis processar Lula por ele ter dito que a privatização de empresas engordaria o caixa dois do PSDB. Há dez dias, chamou caixa dois de "erro que precisa ser reconhecido, reparado ou punido". Corrupção seria a obtenção de recursos para enriquecimento pessoal. Políticos de A a Z assinariam em baixo do que disse o eminente sociólogo.

O artigo 317 do Código Pe-

nal prevê reclusão de dois a 12 anos para o agente público que "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida (...)". O artigo 350 do Código Eleitoral prevê reclusão de até cinco anos e multa para quem "omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar".

Caixa dois, três, quatro ou cinco é crime – e como tal sujeito aos rigores da lei. Caberá à Justiça dizer mais cedo ou mais tarde o que seria uma anistia aprovada por um bando de suspeitos para escapar de eventuais punições.